



14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 4 – Sociologia da Cultura

ENTRE A HISTÓRIA E A CRÍTICA: LIMA BARRETO, MANOEL BOMFIM E A HERANÇA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Silvana Mansano¹

Livia Barbosa Pacheco Souza²

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira contemporânea carrega em suas estruturas profundas marcas do período escravocrata, que se refletem nas desigualdades sociais, raciais e econômicas presentes até os dias atuais. Estas marcas são evidenciadas pela persistência de injustiças como o preconceito racial, a exclusão social, a criminalização do corpo negro e a ausência de políticas

¹ Doutoranda do curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP -, Marília; São Paulo; Brasil. E-mail: silvana.mansano@unesp.br

² Pedagoga (UNEB), Psicopedagoga Institucional e Clínica (Faculdade Iguaçu), Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO UNILAB), e em História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira (Faculdade Iguaçu). - E-mail: adm.liviapacheco@gmail.com

públicas que promovam uma verdadeira inclusão (Sousa, 2022). O legado da escravidão, mais do que um capítulo do passado, constitui um alicerce que continua moldando as dinâmicas de poder e subalternização no país. Nesse contexto, a obra de autores como Lima Barreto e Manoel Bomfim emerge como uma importante referência crítica para a compreensão das raízes e das consequências dessas desigualdades.

Lima Barreto e Manoel Bomfim dedicaram parte significativa de suas produções intelectuais à análise das condições sociais e culturais do Brasil, expondo as estruturas de opressão herdadas da escravidão. Ambos denunciaram as práticas de exclusão e os processos de favelização, revelando as contradições de um país que, mesmo após a abolição formal da escravatura, não ofereceu mecanismos reais de emancipação para a população negra. Esses autores interpretaram as dinâmicas da sociedade brasileira sob perspectivas que vão além das análises estritamente econômicas, abordando também questões culturais, históricas e simbólicas que perpetuam a subalternização e o racismo estrutural (Santos e Leme, 2024).

No Brasil contemporâneo, essas reflexões continuam a ser indispensáveis para a compreensão dos desafios relacionados à desigualdade e ao preconceito (Costa, 2011). A criminalização da pobreza, a falta de acesso aos direitos básicos e a perpetuação de estereótipos associados ao corpo negro são fenômenos que reforçam a necessidade de revisitar os pensamentos críticos de Lima Barreto e Manoel Bomfim. Suas análises fornecem ferramentas interpretativas para entender a persistência de hierarquias sociais marcadas pela cor da pele e pela origem socioeconômica, evidenciando o papel do Estado e da sociedade na manutenção dessas disparidades.

Nesse contexto, estudar as interpretações de Lima Barreto e Manoel Bomfim é essencial para compreender como a herança da escravidão continua a influenciar as estruturas sociais do Brasil. Além disso, essa análise contribui para o debate acadêmico sobre a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao questionar as raízes das exclusões históricas e contemporâneas. A reflexão sobre o pensamento desses autores permite problematizar o passado e apontar caminhos para a superação das injustiças que ainda hoje afetam milhões de brasileiros.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições críticas de Lima Barreto e Manoel Bomfim no que diz respeito à interpretação das marcas deixadas pela escravidão na sociedade brasileira. A pesquisa buscará identificar os principais elementos

discutidos por esses autores, ressaltando suas denúncias acerca das desigualdades sociais, do racismo estrutural e da exclusão, bem como sua relevância para a compreensão do Brasil atual.

1. METODOLOGIA

Este trabalho adotou o método de revisão bibliográfica, que consiste na análise e interpretação de materiais já publicados, como livros, artigos científicos e outros documentos acadêmicos relevantes sobre o tema em questão. Para a realização deste estudo, foram consultadas bases de dados amplamente reconhecidas, tais como *Scielo*, *Google Scholar* e periódicos de alto impacto na área de ciências humanas e sociais. A seleção do material foi norteada pela relevância dos textos para a compreensão das contribuições de Lima Barreto e Manoel Bomfim na análise crítica das marcas deixadas pela escravidão na sociedade brasileira. Obras primárias dos autores, bem como estudos que contextualizam e interpretam suas reflexões, foram priorizadas para garantir profundidade e rigor analítico.

A intenção com os autores selecionados é seguir o método de análise sociológica proposto por Antonio Candido (2006), levando em conta as peculiaridades da forma de expressão de Lima Barreto e Manoel Bomfim, para entendermos a estruturação histórica descrita, suas dinâmicas e contradições.

A abordagem utilizada busca sistematizar os conceitos e as interpretações presentes na literatura acadêmica acerca das dinâmicas de exclusão, racismo estrutural e desigualdades sociais denunciadas por Lima Barreto e Manoel Bomfim. A análise do *corpus* bibliográfico envolveu uma leitura criteriosa dos textos selecionados, com foco na identificação de trechos que tratassem das marcas da escravidão e suas implicações para o contexto histórico e contemporâneo. A partir disso, foram organizados os argumentos em categorias temáticas, permitindo uma interpretação integrada e crítica das ideias dos autores, com vistas a relacioná-las ao debate atual sobre justiça social e inclusão no Brasil.

2. DESENVOLVIMENTO

3.1. O Contexto Histórico e Social da Escravidão no Brasil

Foi com o avanço do Iluminismo e do Liberalismo que grandes mudanças ocorreram na Europa, com a derrocada do Mercantilismo e a crise no sistema de exploração de colônias.

Forçado pelo avanço das tropas napoleônicas, a Corte portuguesa se transfere para o Brasil, o que faz mudar os destinos do país. Segundo Emília Viotti da Costa (1999), anos antes as colônias britânicas da América do Norte se declararam independentes (1776), isso feito após muitas décadas de luta contra os impostos escorchantes.

Aqui na América Latina, algumas independências pululavam inspiradas pelos ideais da Revolução Francesa, como a do Haiti (1804). O mesmo acaba ocorrendo nas colônias espanholas, já que a Espanha foi ocupada pelas tropas napoleônicas, causando a destituição do rei. As diversas guerras nas colônias contra as juntas governistas foram marcantes até o final de 1820. De acordo com Viotti da Costa, paralelo a isso, várias sanções pesadas ao monopólio mercantilista, aliado às ideias liberais de igualdade e representatividade política, contaminam as colônias e seus habitantes, mesmo não tendo sido elaboradas para essa finalidade, pois nela se espelhavam suporte às lutas contra o jugo colonial (1999, pp. 131-168).

O processo no Brasil, comparado aos países vizinhos, foi mais tênue, ocorrendo pelas mãos do príncipe herdeiro do trono português. O regime imperial irá durar ainda muitas décadas, mas as ideias iluministas e liberais já estavam presentes em movimentos como a Inconfidência Mineira, no final do século XVIII. As ideias que aqui chegavam sofriam adaptações à realidade local pois, se na Europa o impulsionamento era a luta contra o absolutismo, aqui no Brasil, como nas colônias latino-americanas, a luta era contra a exploração colonial (Da Costa, 1999, p. 26).

Aliado ao desenrolar das ideias liberais e iluministas, que se adaptaram com outras características da sociedade brasileira, não podemos deixar de citar que a escravidão foi um dos pilares fundamentais na formação social, econômica e cultural do Brasil. Durante mais de 300 anos o país se tornou o maior receptor de africanos escravizados no mundo, contabilizando cerca de 5 milhões de pessoas trazidas à força. Para Alencastro (2000), o espaço Atlântico e as trocas mercantis realizadas nele, assim como o tráfico negreiro, integram a chave explicativa das razões dos paradoxos da nação, assim como são capazes de dar compreensibilidade à formação do Brasil.

Ainda segundo Alencastro (2000), sempre se pensou o Brasil fora do Brasil, porém de modo incompleto, como se o país fosse um prolongamento da Europa. Ao mesmo tempo, a colonização portuguesa, calcada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, integrando uma zona de produção escravista da América do Sul, com uma zona de

produção de escravos, centralizada em Angola. Para o autor, os territórios portugueses na América e na África se complementam, formando um só sistema de exploração colonial.

O sistema escravista não apenas alicerçou a economia colonial, baseada na monocultura de exportação, mas também estruturou uma sociedade profundamente hierarquizada e marcada pela desigualdade. A relação entre senhores e escravizados perpetuou uma lógica de exploração e desumanização que moldou as dinâmicas sociais mesmo após a abolição (Furtado *et al.* 2014).

Por fim, a Lei Áurea, promulgada em 1888, encerrou formalmente o regime escravocrata, mas não promoveu nenhuma medida concreta para a integração social e econômica da população negra libertada. Sem acesso à terra, à educação ou a quaisquer políticas de reparação, os ex-escravizados foram lançados à margem da sociedade, enfrentando condições de vida precárias. Esse abandono estatal consolidou um processo de exclusão que ainda reverbera nas desigualdades raciais, na criminalização da pobreza e na segregação espacial, sobretudo nas grandes cidades brasileiras.

Décio Saes (2024), que fundamenta suas teorias nas perspectivas teóricas de Althusser e Poulantzas, mostra a transição de uma estrutura escravista moderna para a república, os diferentes momentos e dinâmicas da história política e social brasileiras. Mostra também o papel das camadas populares, que se dá por meio de revoltas escravas, com a finalidade de minar o regime escravista. O autor também mostra como a classe média se insurge contra a escravidão, mas não por valores morais, mas sim influenciadas por ideologia jurídica burguesa de ordem liberal. Segundo Saes, são esses os ingredientes que fazem emergir o Estado burguês no Brasil.

O período pós-abolição foi marcado pela negação do racismo, com o discurso de uma suposta “democracia racial” ganhando força. Democracia racial é quando não há barreiras legais ou institucionais para a igualdade racial, ou, melhor dizendo, um sistema racial alicerçado sem qualquer manifestação de preconceito ou discriminação (Fernandes, 2008). Ocorre que a Lei Áurea, como já mencionado, aboliu a escravidão sem fazer a correta inserção social dos negros.

De acordo com Octávio Ianni (1988), o fim da escravidão negra está, também, conectado diretamente com o início da industrialização e o aumento à imigração – que já ocorria a partir de 1850 -, impondo ao Brasil novas relações comerciais pautadas pela não exploração da escravidão. Impeliu-se, assim, à finalização do trabalho cativo, onde temos que a abolição

ocorreu por princípios econômicos e comerciais, não humanitários. Isso dificultará, sobremaneira, as relações entre escravos libertos e a população branca, sem contar a inexistência de oportunidades igualitárias e de uma política pública de reinserção do negro no mercado de trabalho.

O processo de miscigenação que envolveu senhores e escravos, negros e brancos, acabou transfigurando o escravo também em mulato, o cativo em liberto. Mas não em cidadão totalmente livre como eram os outros, e sim numa pessoa livre “em termos”, porque marcada pela sua origem híbrida, biológica, social e moralmente (Ianni, 1988, p.218).

Sobre a questão biológica a qual Ianni se refere na citação acima, está o fato de que, além das transformações políticas, físicas e sociais, chegara ao Brasil o cientificismo e suas teorias raciais – o que seria um novo golpe para não fazer a inserção do negro na nova sociedade que emergia, rumo à modernização. Lília Schwarcz (1993), em *O espetáculo das raças*, reconstitui e afirma que médicos e advogados, de 1870 a 1930, atuaram com o pensamento atracado às teorias raciais, seja darwinista e, em especial, a spencerista, além de todas as concepções de raças em alta naquela época. A autora mostrou em seis capítulos o funcionamento das instituições produtoras de maior conhecimento no Brasil, mostrando que museus, institutos históricos e geográficos, bem como as faculdades de medicina e direito, eram primados por tais teorias (Schwarcz, 1993). E os intelectuais aqui estudados – Lima Barreto e Manoel Bomfim – lutaram persistentemente contra esses pensamentos cientificistas da época.

Na sequência, a proclamação da República só universalizou direitos à cidadania na teoria. É a partir do marco da Proclamação da República, em 1889, perdurando até 1930, que temos um período republicano no Brasil, denominado Primeira República ou República Velha. Referido período será controlado pelas oligarquias agrárias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, fortemente ligadas à agricultura cafeeira.

Tomando como base as decisões legais ali tomadas, a partir de 1889, onde, na teoria, os negros usufruíam de muitas igualdades de direitos e oportunidades, tais como educação, emprego, saúde, terra, lazer, moradia etc, mas que, na realidade, escondiam algo bem mais importante: a exclusão dos negros do processo modernizador. Apenas citando um dos

exemplos, cabe aqui a ressalva de que o artigo 70, título IV, da constituição de 1891, não permitia direitos políticos aos negros que não fossem alfabetizados, ou seja, não poderiam votar, nem ser votados. Lembrando que a maioria da população negra não era alfabetizada, tornando praticamente impossível o exercício de votar e ser votado. Sendo assim, não havendo igualdade política, os bloqueios sociais se tornaram inescapáveis para a imensa maioria dos negros.

Estabelecida essa disparidade, o fosso entre bancos e negros se aprofundaria, sem condições de concorrência. Na competição entre ambos, requisitos como trabalho, inteligência, capacidade, competência e esforço individual, não seriam capazes de determinar amplo acesso a bens públicos e privados. Aliada a essas condições inóspitas, a população negra ainda tinha que contar com a “sorte” de não sofrer infortúnios pessoais, como o adoecimento. Pelo outro lado, a elite entendia que o fracasso do negro era sua responsabilidade, fruto de suas próprias deficiências, já que o sistema oferecia oportunidades e igualdade a todos, sem distinção.

Tal narrativa, sustentada por parte das elites intelectuais e políticas, deslegitimava as reivindicações da população negra por direitos e igualdade, ao mesmo tempo em que mascarava as práticas discriminatórias que se mantinham no cotidiano (Lacerda *et al*, 2021). Essa ideologia contribuiu para a naturalização das desigualdades raciais e para a perpetuação do preconceito, reforçando um sistema de exclusão que beneficiava as elites brancas.

O legado da escravidão também se manifestou na formação das periferias urbanas e das favelas, espaços ocupados majoritariamente pela população negra. A ausência de políticas públicas inclusivas no período republicano impulsionou a segregação espacial, relegando os descendentes de escravizados a habitações precárias e sem infraestrutura básica. Esse processo foi acompanhado pela criminalização desses territórios e de seus habitantes, associados a estereótipos de violência e marginalidade, o que reforçava a exclusão social e econômica.

Sendo a capital nacional, com a abolição o Rio de Janeiro foi se transformando com a imensa população negra, pobre e sem rumo que se expandia por todos os lados. Sem condições de vida dignas ou ajuda do governo na inserção social dessa população, restou a eles ocuparem espaços no centro da cidade e que, depois, serão expulsos dali para povoarem os subúrbios da cidade e até subindo morros. É neste cenário conturbado da capital do Rio de Janeiro que Lima Barreto e Manoel Bomfim farão suas reflexões mais importante, já que quase tudo ligado ao negro para a ser objeto de perseguição.

A escravidão brasileira não foi apenas um sistema econômico, mas uma prática profundamente enraizada nas estruturas sociais e culturais do país. Ela moldou não apenas as relações entre indivíduos, mas também as instituições e as políticas que regulam a sociedade. A exclusão da população negra do acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia, foi perpetuada por políticas públicas e privadas que consolidaram a subalternização como norma social (Marquese, 2013).

De acordo com Du Bois (2021), que analisa pela perspectiva dos Estados Unidos, a violência da escravidão, ligadas às questões legais – Emancipação, ocorrida em 1862, e Reconstrução, entre 1865 até 1877 - deixaram marcas indeléveis nas relações entre brancos e negros. O autor utilizará dois conceitos para explicar os contornos dessas relações, que são véu e dupla consciência – abarcando contextos objetivos e subjetivos do negro e do branco, concluindo, em relação à discriminação racial nos Estados Unidos, que “o problema do século XX é o problema de linha de cor” (Du Bois, 2021, p. 35).

A linha de cor, para Du Bois, seria então o problema candente do nascente século XX. O Problema de Linha de Cor, em sua obra, torna-se um fator condicionante de relações sociais em várias escalas e, assim, assinala que sem isso não seria possível construir a sociedade moderna em grande escala, posto que a dinâmica está entrelaçada às explorações coloniais e ao capitalismo como sistema que extrapola fronteiras nacionais (Du Bois, 2021). E, no Brasil da Primeira República, está evidente que a Linha de Cor está presente na exclusão social, econômica, física, bem como na falta de qualquer oportunidade de melhoria na qualidade de vida dos negros.

Esse contexto histórico revela a hipótese aqui levantada: que as marcas da escravidão não se encerraram com a abolição, mas se transformaram em novas formas de opressão e exclusão. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para analisar as desigualdades atuais, pois demonstra como o racismo institucional e as injustiças sociais têm raízes profundas na história do Brasil. Reconhecer esse passado é o primeiro passo para enfrentar os desafios de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Apresentei um breve e certamente incompleto contexto histórico, mas que se torna oportuno para introduzir o tema que aqui será discutido e que é parte do meu objeto de estudos do doutoramento, tendo dois grandes pensadores sociais da Primeira República que se debruçaram sobre os dilemas inquietantes do Brasil desse período – Manoel Bomfim e Lima

Barreto. Obviamente, estudos mais aprofundados dos temas e conceitos acima expostos se fazem necessários, mas foram aqui citados para clarificar a importância de estudos dessa parte da nossa história e construção social, que norteou a busca por Progresso e Civilização durante a Primeira República.

3.2. Lima Barreto e Sua Denúncia das Injustiças Sociais

O escritor *Afonso Henriques de Lima Barreto* (1881-1922) tem sido referência como fonte importante de compreensão de muitos dos problemas que se apresentavam na Primeira República (1890-1930), reconhecido por muitos intelectuais como um dos maiores críticos sociais da literatura brasileira. Como escritor negro, de origem modesta e vítima de racismo, elabora uma literatura que se torna um meio de denúncia de muitas situações ultrajantes que se abatiam sobre a população – em especial os negros e pobres, a parte mais vulx nerável da sociedade.

É com a ajuda de seu padrinho - Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo) -, que obtém formação em excelentes instituições, quase chegando à conclusão do curso de Engenharia na Politécnica. Tendo ótima formação e já em um cargo público, mesmo que mediano, poderia ter seguido uma vida relativamente mais frugal nos estratos médios da sociedade. Mas, se abateu sobre ele, os desígnios de ter que cuidar dos irmãos e do pai, gravemente adoecido com problemas mentais. Sendo muito jovem e com tantas contas a pagar, começa a escrever para jornais e revistas, como outras fontes de renda além do cargo público, que ele mesmo considerava medíocre.

Contestador e satírico, Lima Barreto utilizou sua obra para expor as injustiças e as contradições de uma sociedade marcada pela exclusão e pelo racismo institucional. O escritor possuía inquietações pessoais e excelente senso crítico, fazendo ataques ao regime republicano, aos colegas das letras e à sociedade carioca. Nascido apenas sete anos antes da abolição formal da escravidão, o escritor cresceu em um contexto de profundas desigualdades, onde as marcas do regime escravocrata ainda eram evidentes. Lima Barreto, negro e de origem humilde, vivenciou diretamente os efeitos do preconceito e da exclusão, o que influenciou sua visão crítica sobre a sociedade brasileira. Sua produção literária e jornalística, permeada por ironias e denúncias, revelou a hipocrisia de uma elite que perpetuava privilégios enquanto negligenciava as massas marginalizadas (Arantes, 2010).

Como jornalista, trabalhou por muitos anos em periódicos como Correio da manhã, Careta e A.B.C. Já como romancista, foi ignorado pela crítica literária desde a escrita de seu romance de estreia em 1909, *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, um livro considerado de *Roman à clef*, ou seja, em que os personagens são baseados em pessoas reais. As críticas aos políticos, à elite e aos representantes da mídia, criariam um bloqueio social e econômico que duraria até o fim da vida. De acordo com Martha (2000, pp. 58-68), este silêncio sobre Lima Barreto foi quebrado apenas em duas oportunidades, “numa notícia sobre sua participação num júri, em 1910, e noutra sobre sua morte, em 1922”.

Segundo Sevcenko (1999), não havia crítica literária no período, ficando esta função ao encargo de jornalistas presos aos ditames pré-estabelecidos das linhas editoriais dos jornais, com avaliações subjetivas influenciadas por fatores externos às obras como, por exemplo, o apadrinhamento ou as afinidades pessoais. Mesmo com um cerceamento que o mantinha na pobreza, fazendo-o passando por inúmeras dificuldades, Lima Barreto não se vergou aos ditames convencionais de aceitação, mantendo fidelidade ao seu estilo e pensamento, produzindo uma literatura combativa. Remando na direção contrária, o escritor não se calou diante de injustiças. Além de *Recordações de Isaías Caminha*, obra essencial para entendermos a relação entre o escritor e o meio jornalístico, revela um retrato contundente das estruturas sociais de seu tempo, expondo como o racismo e a desigualdade moldavam as relações humanas e políticas no Brasil.

Em *Clara dos Anjos*, o autor aborda questões como a exclusão social, a pobreza e os preconceitos de classe e raça. Ele critica a falsa ideia de meritocracia, ao mostrar como a origem socioeconômica e a cor da pele determinavam as oportunidades e os destinos individuais. Em *Clara dos Anjos*, por exemplo, Barreto evidencia a violência simbólica e prática sofrida por mulheres negras, enquanto denuncia as dinâmicas de poder que perpetuavam a subalternização. Já em *Numa e Ninfá*, o preconceito racial torna-se evidente a partir do personagem Lucrécio Barba de Bode.

Um campo importante de produção literária do escritor são as crônicas. Lima Barreto usou muito as crônicas para provocar reflexões no leitor e com ele se relacionar, já que falava nessas crônicas sobre problemas cotidianos, seja da cidade, da sociedade, das relações de poder, das relações de gênero etc. Para Candido (1992), crônica é um gênero jornalístico frugal e sem compromissos com a imparcialidade na transmissão da notícia, pautando a leveza e a fluidez

na expressão subjetiva dos fatos. No caso da crônica jornalística, especialidade do Lima Barreto, aborda assuntos diversos a partir de seus posicionamentos pessoais, fazendo aflorar afinidades e discordâncias com o leitor.

Nessas crônicas, assim como nos livros, outro aspecto marcante da crítica de Lima Barreto é sua análise das instituições públicas e sua relação com as desigualdades sociais. O autor denunciava o descaso das elites políticas com as populações negras e pobres, que continuavam a ser tratadas como cidadãos de segunda classe. Em seus textos, Barreto frequentemente ironizava as políticas públicas ineficazes e a corrupção das elites, destacando como essas práticas contribuíam para a perpetuação das condições de miséria e exclusão. Ele via na República brasileira, recém-estabelecida, uma continuidade das injustiças do período imperial, reforçadas por um sistema político que privilegiava os interesses das classes dominantes (Sales, 2024).

Lima Barreto também explorou a questão da identidade e da marginalização cultural em sua obra. Como um autor negro, suas posições pessoais e políticas – principalmente depois de *Recordações de Isaías Caminha* -, fizeram com que enfrentasse a rejeição e o preconceito de uma elite literária branca, que marginalizava escritores não alinhados com seus padrões estéticos, políticos e sociais. Lima Barreto utilizava essa experiência pessoal para denunciar a exclusão cultural e intelectual da população negra, que era frequentemente desvalorizada e silenciada. Sua obra, nesse sentido, tornou-se um instrumento de resistência e de afirmação da identidade negra, desafiando as normas hegemônicas da época.

A visão crítica de Lima Barreto sobre a sociedade brasileira estava profundamente enraizada em sua experiência com o racismo e a desigualdade, mas também em sua crença no potencial transformador da educação e da cultura. Ele via na literatura e no jornalismo uma forma de conscientizar a sociedade sobre as injustiças e de promover mudanças sociais. Sua crítica não se limitava à denúncia; ela também buscava inspirar uma reflexão mais ampla sobre as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Santos, 2022).

Nesse sentido, a relevância das obras de Lima Barreto transcende seu tempo, pois elas oferecem uma análise profunda das raízes históricas das desigualdades que ainda persistem no Brasil contemporâneo. Ao expor as contradições de uma sociedade que se dizia republicana e democrática, mas que mantinha práticas de exclusão e preconceito, Barreto deixou um legado intelectual e político indispensável para os debates sobre justiça social, cidadania e igualdade

racial no país. Sua obra continua a ser uma fonte valiosa para a compreensão das estruturas de opressão e para a luta pela emancipação das populações marginalizadas.

3.3. Manoel Bomfim e a Crítica à Formação Histórica do Brasil

Manoel José do Bomfim (1868-1932), era sergipano, médico, historiador, educador, escritor e político, com uma obra vasta que abrangeu diversos campos de estudo e do conhecimento quando estes ainda não estavam totalmente consolidados, transitando pela psicologia, história, medicina, zoologia, botânica, sociologia, educação e educação infantil. Seus estudos o fizeram tomar posicionamentos social e político distintos dos intelectuais expoentes do mesmo período, o que lhe causou também um cerceamento, se comparado a outros intelectuais da época.

Filho de fazendeiro, Manoel Bomfim, ingressou em medicina em 1886, inicialmente na Faculdade de Medicina da Bahia, mas finalizou os estudos no Rio de Janeiro, em 1890, com a tese *Das Nephrites*. Nascido em uma época de intensas mudanças, teve a oportunidade, com seu olhar apurado, de observar imensas transformações políticas e sociais e, delas, extrair reflexões que o tornariam grande pensador social (Santos, 2022).

Com uma carreira meteórica, em 1891 ingressa na Polícia Militar do Rio de Janeiro, passando a tenente-cirurgião da Brigada Militar, onde ficará até 1894. Casa-se com Natividade Oliveira, sua esposa até o fim da vida, com quem tem dois filhos: Aníbal e Maria. A filha falece por volta dos dois anos, mesmo usando de todo seu conhecimento médico, fazendo-o entrar em profundo luto e repensar os rumos da sua carreira. Bomfim abandona a medicina e cursa magistério, entrando na Escola Normal do Rio de Janeiro, onde assume a cátedra de Pedagogia e Psicologia (Conde Aguiar, 2000).

Em 1897, foi convidado por Machado de Assis para ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL), mas declina. A recusa, segundo Conde Aguiar (2000), soma-se a não aceitar fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e isso é atribuído à sua postura de independência intelectual e ao fato de ser visto com desconfiança pela elite intelectual da época, especialmente por ser um crítico mordaz das estruturas sociais brasileiras, o que virá a ser confirmado, anos depois, no livro *A América Latina: males de origem*.

Segundo Patrick Santos (2023), em 1902 Bomfim vai à Paris, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, para especialização na área pedagógica, estudando Psicologia na Universidade de

Sorbornne, que o alicerçará a assumir a disciplina no *Pedagogium*³. Estudando com grandes expoentes, como George Dumas e Alfredo Binet, elabora, anos depois, a instalação do primeiro Laboratório de Psicologia Brasileiro, inaugurado em 1906, no *Pedagogium*, onde será diretor até sua extinção. Em 1906 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Decide entrar na política e, em 1907, foi eleito deputado federal, defendendo sempre as pautas ligadas à educação (Santos, 2023).

Apresentando uma obra bem significativa no conjunto do pensamento social brasileiro, há de se ressaltar que, por seu posicionamento, sua obra acabou por ser relegada – o que não quer dizer que tenha sido banida por completo, pois ainda desfrutava de prestígios intelectual e social importantes. Porém, entre seus pares, esse reconhecimento ficou restrito, sobremaneira, por causa das diferenças de visão com Sílvio Romero, já que ambos discordavam sobre a herança portuguesa na formação brasileira.

Manoel Bomfim, um intelectual inquietante e ousado para a época, foi um dos pensadores mais relevantes no início do século XX ao propor uma visão crítica sobre a formação histórica e social do Brasil. Sua análise destacou as consequências de um processo colonizador voltado exclusivamente para a exploração, que priorizava o lucro das elites europeias em detrimento do desenvolvimento social, econômico e cultural das populações locais. Em obras como *A América Latina: Males de Origem* (1905), Bomfim condena a exploração colonial como um fator determinante para a perpetuação das desigualdades e das injustiças sociais, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina (Bento, 2019).

Em suas interpretações sobre o Brasil, Manoel Bomfim analisa as consequências da escravidão para a identidade do negro. Fazendo um duplo movimento, Bomfim denuncia os horrores da escravidão e, ao mesmo tempo, se esforça por demonstrar que, no caráter do negro, há uma imensa predisposição por superar as relações parasitárias que lhes foram infligidas por séculos de exploração. Sobre o termo *parasitismo*, este será uma constante no livro *A América Latina: males de origem*, sendo também fruto de muitas críticas dos seus opositores, exatamente por trazer termos biológicos para o campo das interpretações sobre o Brasil e a América Latina.

³ O *Pedagogium* foi um museu pedagógico fundado em 1890, e se localizava na cidade do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, no Brasil. Em 1897 foi transformado num centro de cultura superior e, em 1906, recebeu o primeiro laboratório de psicologia experimental do país, idealizado e executado por Manoel Bomfim. A instituição foi extinta em 1919.

Bomfim usa de termos biológicos, também, para contrapor-se às teorias raciais; seriam, então, duas visões distintas do mesmo tema.

Portanto, Bomfim identificava na escravidão um dos principais instrumentos de exploração utilizados pelas elites coloniais para acumular riqueza à custa da desumanização dos africanos, que foram trazidos à revelia para o trabalho forçado. Ele argumentava que o sistema escravista não apenas moldou as relações sociais da época, mas também deixou um legado de desigualdade que continuava a afetar a sociedade brasileira após a abolição. Segundo sua perspectiva, a escravidão consolidou uma cultura de privilégios para as elites, enquanto relegava as populações negras e pobres à marginalização e à ausência de direitos básicos.

Para Ferreira (2019), uma das contribuições mais significativas de Bomfim foi sua crítica à ideia de que o atraso social e econômico do Brasil era resultado de fatores naturais ou raciais. Ele rejeitava teorias racistas amplamente aceitas em sua época, que associavam a inferioridade dos povos africanos e indígenas ao fracasso das nações colonizadas. Para Bomfim, o verdadeiro problema estava nas estruturas políticas e econômicas impostas pelas elites coloniais e perpetuadas pelas classes dominantes brasileiras. Esse pensamento o posicionava como um dos pioneiros no combate ao determinismo racial e à legitimação pseudocientífica das desigualdades.

Outro ponto central da crítica de Bomfim foi a análise das consequências da dependência econômica e cultural do Brasil em relação às potências estrangeiras. Ele via essa dependência como um prolongamento das práticas exploratórias do período colonial, que continuavam a beneficiar as elites locais e estrangeiras em detrimento do desenvolvimento interno. A perpetuação dessa lógica, segundo Bomfim, consolidava um ciclo de exclusão que mantinha a maior parte da população brasileira à margem dos benefícios do progresso econômico (Tonon, 2014).

O pensamento de Manoel Bomfim permanece relevante porque oferece uma leitura histórica que desmistifica as narrativas hegemônicas sobre o Brasil e sua formação. Ao denunciar a exploração colonial, o racismo e as desigualdades estruturais, Bomfim apresenta uma análise que não apenas explica o passado, mas também ilumina os desafios enfrentados pelo país no presente. Suas ideias contribuem para o entendimento das raízes das injustiças sociais e para a busca por alternativas que possam promover a igualdade e a justiça para as populações historicamente marginalizadas.

3.4. Desigualdades, Favelização e a Ausência de Políticas Públicas Inclusivas

A perpetuação das desigualdades sociais no Brasil está intrinsecamente ligada ao legado da escravidão e à estrutura desigual construída ao longo da história. Após a abolição, não foram implementadas políticas que promovessem a inclusão das populações negras e pobres na sociedade. Pelo contrário, a ausência de suporte estatal efetivo relegou essas populações a condições de extrema vulnerabilidade, perpetuando a exclusão social. Essa falta de iniciativas inclusivas contribuiu para o surgimento e a expansão das favelas, que se tornaram símbolos da marginalização e da desigualdade urbana (Júnior e Gomes, 2023).

As favelas emergiram no Brasil no final do século XIX como consequência direta da ausência de políticas habitacionais para os negros libertos e as populações mais pobres. Sem acesso à terra, à moradia digna ou a oportunidades de trabalho formal, essas populações foram empurradas para áreas periféricas e de difícil acesso. Essas localidades, muitas vezes negligenciadas pelo poder público, tornaram-se ambientes de precariedade, onde a infraestrutura básica, como saneamento, transporte e saúde, é frequentemente insuficiente ou inexistente.

Essa realidade é agravada pela persistência de políticas públicas que privilegiam as elites e negligenciam as necessidades das populações marginalizadas. Enquanto os centros urbanos recebem investimentos maciços em infraestrutura, as periferias e favelas enfrentam uma histórica falta de atenção do Estado. A ausência de políticas públicas inclusivas resulta em uma exclusão sistemática, que se manifesta na precariedade das condições de vida e no acesso desigual a direitos fundamentais, como saúde, educação e segurança (Souza, 2022).

Outro fator que intensifica as desigualdades e a favelização é o modelo econômico adotado no Brasil, que favorece a concentração de renda e de terras nas mãos de poucos. Essa concentração reflete-se na especulação imobiliária, que empurra os mais pobres para áreas periféricas ou irregulares, aumentando a segregação espacial. Ao mesmo tempo, a ausência de uma reforma agrária efetiva perpetua o domínio de latifundiários, dificultando o acesso à terra para populações rurais e contribuindo para o êxodo em direção às cidades, onde a precariedade habitacional é ainda mais evidente.

Dessa forma, a criminalização das favelas também é um reflexo das desigualdades estruturais. Esses territórios, em vez de serem vistos como locais que necessitam de investimentos e suporte social, são frequentemente estigmatizados e associados à violência e à

ilegalidade. Essa visão contribui para a militarização da segurança pública nas favelas, agravando ainda mais as condições de vida de seus moradores. Ao invés de políticas inclusivas e de transformação social, o Estado recorre à repressão, reforçando a marginalização e os ciclos de pobreza e violência (Rocha, 2018).

Para enfrentar as desigualdades, a favelização e a exclusão social, é essencial repensar as políticas públicas e adotar uma abordagem inclusiva que privilegie as populações historicamente marginalizadas. Isso inclui investimentos significativos em educação, saúde, infraestrutura e habitação, bem como a promoção da participação cidadã e do acesso igualitário aos direitos. A transformação das favelas em territórios dignos, com acesso a serviços básicos e oportunidades, é um passo fundamental para romper com o ciclo de exclusão e promover uma sociedade mais equitativa. Sem essas ações, a segregação urbana e as desigualdades continuarão a ser marcas estruturais da sociedade brasileira.

3.5. Contribuições de Lima Barreto e Manoel Bomfim para o Debate Contemporâneo

As obras de Lima Barreto e Manoel Bomfim permanecem extremamente relevantes para o debate contemporâneo sobre desigualdade, racismo e exclusão social no Brasil. Ambos os autores analisaram criticamente as estruturas de poder e as narrativas históricas que sustentam a desigualdade no país, oferecendo reflexões que transcendem seu tempo. Em um contexto em que as consequências do racismo estrutural e das disparidades socioeconômicas ainda são evidentes, suas ideias fornecem um alicerce teórico e histórico para compreender e enfrentar essas questões (Santos e Leme, 2024).

Lima Barreto destacou-se por denunciar as injustiças sociais em sua literatura, expondo as dinâmicas de exclusão que atingem majoritariamente a população negra e pobre. Seus textos, embora ficcionais, são profundamente enraizados na realidade brasileira e oferecem uma crítica contundente às instituições e práticas que perpetuam a desigualdade. A forma como Lima questionou o papel das elites intelectuais e políticas em legitimar estruturas opressivas ressoa nos debates atuais sobre a necessidade de descolonizar o pensamento e reformar as instituições públicas para torná-las mais inclusivas.

Por sua vez, Manoel Bomfim contribuiu significativamente ao desvendar as raízes históricas da desigualdade no Brasil e ao criticar a perpetuação de uma mentalidade colonial.

Sua análise da formação histórica brasileira, que associa as elites dominantes às práticas exploratórias e excludentes, permanece atual ao explicar os desafios que o país enfrenta na busca por equidade. Bomfim questionou os mitos da "harmonia racial" e do "progresso natural", destacando como esses discursos foram utilizados para mascarar as desigualdades estruturais. Tais reflexões são indispensáveis para a desconstrução de narrativas que ainda hoje dificultam o enfrentamento do racismo e da desigualdade (Machado e Barbosa, 2016).

No cenário contemporâneo, as contribuições desses autores tornam-se especialmente valiosas para embasar debates sobre políticas públicas e justiça social. A crítica de Lima Barreto à exclusão da população negra e pobre do acesso a direitos fundamentais encontra eco nas discussões sobre ações afirmativas e igualdade de oportunidades. Da mesma forma, o diagnóstico de Manoel Bomfim sobre o papel das elites no perpetuar das desigualdades serve como base para compreender a concentração de poder e a resistência às mudanças estruturais necessárias para a promoção de justiça social.

Além disso, tanto Lima Barreto quanto Manoel Bomfim oferecem ferramentas teóricas para questionar e resistir ao racismo estrutural. Barreto, por meio de sua literatura engajada, e Bomfim, com suas análises históricas, mostram como as desigualdades atuais não são inevitáveis, mas sim frutos de decisões políticas e econômicas que podem ser desafiadas. Esses autores inspiram movimentos sociais, intelectuais e políticos a adotarem uma postura crítica e transformadora, buscando romper com as lógicas de opressão que estruturam a sociedade brasileira (Costa, 2019).

Por fim, a atualidade das reflexões de Lima Barreto e Manoel Bomfim evidencia a necessidade de recuperar e valorizar suas obras no âmbito acadêmico, político e social. Suas críticas às estruturas excludentes e seus apelos por uma sociedade mais justa e igualitária são fundamentais para orientar ações concretas que enfrentem as desigualdades históricas e promovam a inclusão. Assim, esses autores não são apenas observadores de sua época, mas também vozes essenciais para guiar o Brasil em direção a um futuro mais equitativo e democrático.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

As análises de Lima Barreto e Manoel Bomfim oferecem uma compreensão profunda e crítica das estruturas de desigualdade e exclusão que marcam a sociedade brasileira. Seus

trabalhos, embora situados em contextos históricos distintos, revelam as raízes do racismo estrutural, da marginalização das populações negras e da perpetuação das desigualdades sociais, problemáticas que permanecem centrais no debate contemporâneo.

Através de suas obras, ambos os autores nos convidam a questionar o passado e a reavaliar as estruturas sociais atuais, destacando a necessidade urgente de transformações políticas, econômicas e sociais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Suas contribuições continuam a ser uma base sólida para as discussões sobre a desconstrução de narrativas racistas e a promoção da equidade.

No entanto, ainda existem desafios significativos para avançar na implementação de políticas públicas eficazes que abordem essas desigualdades históricas. A persistência de práticas discriminatórias, a resistência de setores conservadores e a falta de ações concretas para transformar as estruturas sociais indicam que a luta por justiça social continua.

As perspectivas futuras exigem um compromisso contínuo com a educação, o fortalecimento das políticas de ação afirmativa, a ampliação da representação das populações marginalizadas e a reforma das instituições que perpetuam a exclusão. Nesse cenário, as obras de Lima Barreto e Manoel Bomfim não só oferecem um diagnóstico preciso, mas também apontam para o caminho da transformação, lembrando-nos da necessidade de nunca abandonar a luta por uma sociedade mais igualitária e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. São Paulo: Anpocs & Tothschild, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARANTES, Marco Antônio. Loucura e Racismo em Lima Barreto. **Espaço Plural**, n. 22, 2010.
BENTO, Luiz Carlos. Manoel Bomfim: crítica historiográfica e orientação política em o Brasil na História. **Revista do IHGSE**, v. 1, n. 49, 2019.

BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, v. 8, n. 3, 2017.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem**. 4a.Ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CANDIDO, Antonio *et al.* **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: ED. UNICAMP/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

COSTA, Danilo de Matos Santos. Afinidades eletivas a questão racial nas obras de Lima Barreto e James Baldwin. **Seminário Interlinhas**, v. 7, n.1, 2019.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. – (Biblioteca básica).

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo**: o exemplo do Brasil. Organização Internacional do Trabalho, 2011.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. Tradução de Alexandre Boide. Ilustração de Luciano Feijão. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. São Paulo: Veneta, 2021.

FERREIRA, Clayton José. A noção de progresso em “O Brasil na História” de Manoel Bomfim. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**, v. 10, n. 3, 2019.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola: uma leitura a partir da Psicologia Cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. 2ªed. São Paulo; Hucitec/Curitiba: Scietia et Labor, 1988.

JUNIOR, Jurandir Antonio Sá Barreto; GOMES, Michelle dos Santos. O Impacto do Sistema Tributário Brasileiro para Perpetuação da Desigualdade Racial no Brasil. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 53, 2023.

LACERDA, Nayara Ferreira. Pensamento racista no Brasil pós abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural. **Revista Mosaico**, v. 13, n. 21, 2021.

MACHADO, Charliton José dos Santos; BARBOSA, Daniella de Souza. O pensamento educacional de Manoel Bomfim a partir da obra América Latina males de origem (1905). **Educação & Formação**, v. 1, n. 1, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. **Almanack - Guarulhos**, n. 5, p. 51-60, 2013.

MARTHA, Alice Áurea Penteado. Lima Barreto e a crítica (1900 a 1922): a conspiração de silêncio. **Acta Scientiarum**, v.22, 2000. p.59-68

ROCHA, Lia de Mattos. Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. **Estudos Históricos**, v. 31, n. 65, p. 475-494, 2018.

SAES, Décio. **República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2024.

SALES, Ricardo Ramos. Educação e Racismo na obra de Lima Barreto “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”. **Revista Unifahe Educacional**, v. 1, n. 25, 2024.

SANTOS, Gláucia Dandara do Nascimento. A alegoria do racismo estrutural em “Clara dos Anjos”, de Lima Barreto. **Monografia (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa**, 2022.

SANTOS, José Geraldo. Manoel Bomfim e Manuel de Oliveira Lima: concepções historiográficas acerca do Pan-Americanismo e da América Latina. **Tese de Doutorado em História, Universo**, Niterói-RJ, 2022, 323 páginas.

SANTOS, Patrick Silva dos. Manoel José do Bomfim e Afonso Henriques de Lima Barreto: Estudo comparado de suas interpretações acerca de uma República "enferma". **Tese de doutorado em Ciências Sociais - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**, Niterói, 2023. 458 f.: il.

SANTOS, Patrick Silva; LEME, Alessandro André. As marcas da escravidão na sociabilidade republicana na perspectiva de Manoel Bomfim e Lima Barreto (1905-1920). **Revista Da Faculdade De Letras Da Universidade Do Porto**, v. 48, 2024.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.43

SOUSA, Iolanda Oliveira. As desigualdades sociais após abolição da escravidão no Brasil. **Revista Multidisciplinar da Fauesp**, v. 4, 2022.

SOUZA, Vera Lucia Trevisan. Contribuições da Psicologia à educação escolar: perpetuação ou transformação das desigualdades sociais? **Estudos de Psicologia**, v. 39, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TONON, Marina Rodrigues. Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiografia brasileira. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista. Assis, 2014.**

CHECKLIST PARA PAPER COMPLETO	
NORMAS	ASSINALAR COM “√” OU “OK”
Logo do 14º SNS&P na primeira página	Ok
Texto entre 12 e 15 páginas (excluindo capa e referências)	
Formato de papel A4	Ok
Margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm	Ok
Fonte Times New Roman, tamanho 12	Ok
Recuo de 1,25 cm para a primeira linha de cada parágrafo	Ok
Espaço entre linhas de 1,5	Ok
Referências conforme normas o “Manual de Normalização de Documentos Científicos de acordo com as normas da ABNT” [UFPR]: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/73330 >	Ok
Conversão do arquivo em .pdf	Ok